



Conferência
Municipal de
Promoção da
Igualdade Racial
de São Jose dos
Campos

Julio Cezar de Andrade

Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São José dos Campos

- ◆ As conferências de promoção da igualdade racial são espaços valiosos para a avaliação de políticas, estratégias e ações voltadas à promoção da igualdade racial em todo o país
- ◆ O tema Igualdade e Democracia: **Reparação e Justiça Racial** marca as discussões da conferência, fundamentais para toda a sociedade brasileira ao passo em que avançam rumo à superação de desigualdades históricas.

Objetivos da Conferência

- ◆ I. Promover o debate, as reflexões e o encaminhamento de propostas
- ◆ monitoráveis para reparação e justiça racial no Brasil, considerando os
- ◆ avanços alcançados desde a institucionalização de políticas de promoção da
- ◆ igualdade racial e as desigualdades raciais persistentes;
- ◆ II. Estabelecer diretrizes para atualização dos marcos legais relacionados à
- ◆ promoção das políticas de igualdade racial a partir de diálogos participativos
- ◆ e interseccionais;
- ◆ III. Fortalecer as ações relacionadas à garantia de direitos e à promoção da
- ◆ igualdade de oportunidades para a população negra e demais segmentos



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY-ND](#)



- ◇ Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.
- ◇ [Nelson Mandela](#)

Formação Socio Econômica Brasileira

1.500-1888- Colonização – Escravidão nas Américas e no Brasil: 1,5 milhão de escravizados (15% dos habitantes): O período colonial no Brasil foi marcado por uma forte presença de africanos escravizados umas das maiores violências da história da formação brasileira e das Américas sua herança está presente e é marcada nas relações sociais.

A formação social econômica e política do Brasil repousou por quase quatro séculos no regime de trabalho escravo. Mais de 3,5 milhões de africanos foram trazidos pelo tráfico atlântico para serem vendidos nos mercados de escravos do país. Só depois que foi proibido o tráfico pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850, começou a declinar a proporção, até então, majoritária dos escravos no total da população.

A proibição do tráfico (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871) secaram as duas fontes de reposição da mão de obra escrava: a África e o ventre das mulheres escravas. Decretaram o fim antecipado do regime escravista, consumado na Lei Áurea de 1888.

Para os negros saídos da escravidão, não foi oferecida a indenização de um pedaço de terra que lhes pudesse assegurar a sobrevivência, nem tampouco instrução e preparo para enfrentar a concorrência da mão de obra imigrante no mercado do trabalho.



- PRECONCEITO RACIAL

- O preconceito é um julgamento antecipado, que fazemos contra uma pessoa, grupos de indivíduos ou povos, em decorrência de sua origem, cultura, religião, fenótipos ou simplesmente por não conhecermos ou termos algum contato e convivência. Aparece em opiniões formadas, muitas vezes, a partir de estereótipos e sem fundamentação concreta

- DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).

Racismo

- ◆ É a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundada na ideologia de dominação. As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para atribuição de valores
- ◆ positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra.



Racismo Institucional

- ❖ O racismo institucional está presente em diversos espaços públicos e privados. Está nas relações de poder instituído, expresso através de atitudes discriminatórias e de violação de direitos. Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas, institucionais, naturaliza comportamentos e ideias preconceituosas, contribuindo, fortemente, para a geração e/ou manutenção das desigualdades étnico-raciais. Para Eurico (2013), o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a da político-programática e a das relações interpessoais. Em relação a primeira, ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no combate ao racismo, bem como a visibilidade, do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. E a segunda compreende as relações estabelecidas entre gestores/as e trabalhadores/as, entre estes e outros trabalhadores/as e usuários/as, sempre pautadas em atitudes discriminatórias. (CFESS, 2016)

Dados da Desigualdade Racial

PUBLICICO	DADO
MULHERES	<ul style="list-style-type: none">• média de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres,• FBSP, 2021), foram registrados 60.460 estupros em 2020. Desses, 73,7% das vítimas eram vulneráveis, 60,6% tinham até 13 anos; 86,9% do sexo feminino; e, em 85,2% dos casos, o autor era conhecido da vítima• As mulheres negras são as maiores vítimas de violência no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019, eram negras¹. Isto é, a cada dez mulheres mortas, seis são negras
CRIANÇAS E ADOLESCENTES	<ul style="list-style-type: none">• foram registradas em negligência (15.103), violência psicológica (8814), violência física (8007) e violência sexual (3206),• "Levantamento Anual do Sistema Socioeducativo" (CDH,2018) divulgado com atraso pelo governo Temer apresenta que o Brasil possui 26.868 adolescentes em cumprimento à medida socioeducativa de restrição de liberdade dessa população. 18.381 jovens destes 68% se encontram em medida de internação
JUVENTUDE	6.145 mortos em intervenções de policiais, Redução de 4,9% 190 policiais assassinados em 2021, redução de 12% em relação ao ano anterior 77,4% morreram na folga Taxa Brancos 1,0 Taxa Negros 4,5 Taxa de 2,9

Ações Afirmativas

- ◆ Ações afirmativas são políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa. As políticas afirmativas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades.
- ◆ Suas linhas de atuação abrangem:
 - ◆ a priorização no atendimento de serviços públicos como educação e saúde;
 - ◆ a proteção social e empregabilidade;
 - ◆ o reconhecimento legal de suas tradições culturais e o fomento à sua continuidade;
 - ◆ o combate ao preconceito sofrido por caminhos jurídicos, políticos e sociais.

Legislações

- ◆ Lei 10.639/03 — Práticas de diversidade étnico-racial na educação,
- ◆ LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005. (Lei do Prouni) Institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.
- ◆ Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023 - Tipifica como crime de racismo a injúria racia
- ◆ Lei nº 11.645/08 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- ◆ LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 (Estatuto da Igualdade Racial)
- ◆ Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- ◆ LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 (Lei de Cotas nas Universidades)
- ◆ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- ◆ LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014 (Lei de Cotas Raciais para Concursos Públicos)
- ◆ Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de

O que temos que pensar nessa Conferência

- ◆ . DEMOCRACIA Racial
 - ◆ 1.1. Estratégias de fortalecimento da pauta negra no Legislativo;
 - ◆ 1.2. Desafios da participação negra nos espaços de Poder Público;
 - ◆ 1.3. Fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
 - ◆ e
 - ◆ 1.4. Estratégias para a promoção da justiça climática e a superação do racismo ambiental por meio de políticas integradas de infraestrutura sustentável
- 1.1 Para fortalecer a pauta negra no Legislativo, é fundamental promover a representatividade, incentivar a formação de lideranças negras e criar espaços de diálogo e articulação entre esses grupos e os parlamentares. Além disso, a sensibilização e a educação sobre a importância da diversidade também ajudam a impulsionar essa pauta.
 - 1.2. Os desafios da participação negra nos espaços de poder público incluem questões como a desigualdade de acesso, o racismo estrutural, a falta de representatividade e oportunidades limitadas. Superar esses obstáculos exige ações de inclusão, políticas afirmativas e o fortalecimento de redes de apoio.
 - 1.3. Para fortalecer o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é importante garantir recursos adequados, promover a articulação entre diferentes órgãos e entidades, e implementar políticas públicas que combatam o racismo e promovam a igualdade de oportunidades.
 - ◆ 1.4. Quanto à justiça climática e o racismo ambiental, estratégias eficazes envolvem a implementação de políticas integradas de infraestrutura sustentável, que considerem as populações mais vulneráveis, especialmente as comunidades negras e tradicionais. Essas ações visam não só proteger o meio ambiente, mas também garantir direitos e promover a equidade social.

JUSTIÇA RACIAL

- ◇ 2.1. Para efetivar as Políticas de Saúde da População Negra, é fundamental garantir o acesso universal a serviços de saúde de qualidade, promover ações específicas de prevenção e tratamento de doenças que afetam mais essa população, além de capacitar profissionais de saúde para o atendimento culturalmente sensível às necessidades negras.
- ◇ 2.2. Na Educação, estratégias incluem a implementação de currículos que valorizem a história e cultura afro-brasileira, formação de professores para lidar com diversidade racial, e ações de permanência e sucesso escolar para estudantes negros, garantindo igualdade de oportunidades.
- ◇ 2.3. Para garantir direitos culturais, é importante valorizar e proteger manifestações culturais afro-brasileiras, promover o reconhecimento de saberes tradicionais, e apoiar eventos, espaços e produções culturais que reforcem a identidade negra.
- ◇ 2.4. Quanto ao trabalho digno e renda justa, estratégias envolvem a implementação de políticas de inclusão no mercado de trabalho, incentivo ao empreendedorismo negro, ações de combate à discriminação salarial e a promoção de condições de trabalho justas e seguras
- ◇ 2.5. Para qualificar a política de assistência social, é essencial ampliar o acesso a serviços de proteção social, fortalecer a atenção às comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e tradicionais de matriz africana, além de garantir o reconhecimento e o respeito às suas especificidades culturais e sociais.
- ◇ 2.6. Nos sistemas de segurança pública, justiça e carcerário, os desafios incluem o enfrentamento ao racismo institucional, a redução da violência policial e a promoção de políticas de justiça restaurativa e de redução da população encarcerada, especialmente entre jovens negros.
- ◇ 2.7. Para combater as violências contra mulheres negras, é importante fortalecer políticas de proteção, oferecer apoio psicológico e jurídico, promover campanhas de conscientização e garantir que as mulheres negras tenham voz ativa nas políticas públicas.
- ◇ 2.8. Por fim,

Reparação

- ◆ 3.1. Política Tributária e população negra, povos indígenas, quilombolas e povos ciganos;
- ◆ 3.2 Propostas de políticas para o envelhecimento da população negra, povos indígenas, quilombolas e povos ciganos;
- ◆ 3.3 Políticas para a população negra LGBTQIA+ e pessoas negras com deficiência;
- ◆ 3.4 Ações para o fortalecimento ao enfrentamento do racismo religioso nas políticas; e
- ◆ 3.5 Políticas de reparação para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro
- ◆ 3.1. Política Tributária e populações específicas: É fundamental desenvolver políticas tributárias que promovam justiça social, levando em consideração as necessidades e desafios enfrentados pela população negra, povos indígenas, quilombolas e povos ciganos. Essas políticas podem ajudar a reduzir desigualdades e promover inclusão.
- ◆ 3.2. Políticas para o envelhecimento dessas populações: É importante criar propostas que garantam direitos, acesso a serviços de saúde, previdência e suporte social para o envelhecimento digno de populações negras, indígenas, quilombolas e ciganas, reconhecendo suas especificidades.
- ◆ 3.3. Políticas para a população negra LGBTQIA+ e com deficiência: Devemos promover ações que assegurem direitos, inclusão social, acessibilidade e combate ao preconceito, garantindo que essas comunidades tenham acesso a oportunidades e proteção.

Reparação

- ◆ 3.4. Enfrentamento do racismo religioso: É essencial implementar ações que combatam o racismo religioso, promovendo o respeito às diferentes manifestações de fé e cultura, fortalecendo a convivência pacífica e o entendimento entre diferentes grupos.
- ◆ 3.5. Políticas de reparação para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreir: Essas políticas visam reconhecer e reparar as injustiças sofridas por esses grupos, promovendo o fortalecimento de suas culturas, tradições e direitos.